

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00100.002340/2021-80

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica para subscrição de licenças de suíte de escritório para os usuários do ITI.

### 2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

#### 2.1. Histórico do órgão

2.1.1. A infraestrutura do ITI é composta por ambientes de rede diversos, contemplando ambientes cabeado e sem fios, em múltiplas localidades.

2.1.2. Os ambientes gerenciados pela Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações - COTIC e pela Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA são responsáveis pela operação das atividades do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI e pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.1.3. Atualmente o ITI conta com aproximadamente 180 usuários - sem contas de serviços -, 150 máquinas virtuais e 2 ambientes de processamento de dados. A COTIC está em processo de atualização das tecnologias utilizadas em sua infraestrutura e tem buscado as soluções mais pertinentes para entregar de forma consistente e inovadora os serviços que viabilizem a operação deste Instituto.

2.1.4. Ainda que haja esse dimensionamento, existe uma flutuação em relação à quantidade de usuários, em razão de crescimento da entidade e, com isso, foram considerados 250 usuários para esta contratação.

#### 2.2. Identificação das necessidades de negócio

2.2.1. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI é uma autarquia federal criada pelo art. 12 da Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada à Casa Civil da Presidência da República e que tem por missão manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Ao ITI compete ainda ser a primeira autoridade da cadeia de certificação digital – AC Raiz.

2.2.2. Para dar cumprimento às suas competências, o ITI conta com as áreas de negócio que compõem a sua estrutura organizacional. Dentre estas, cabe à COTIC a definição, o planejamento, a implantação e a disponibilização de soluções de infraestrutura de TIC para atendimento às necessidades corporativas do Instituto.

2.2.3. O ITI implementa um processo de modernização visando o aperfeiçoamento na prestação dos serviços a seus usuários internos e externos. A melhoria contínua relacionada ao seu ambiente tecnológico e ao atendimento especializado às diversas áreas funcionais do Instituto, em especial às áreas fins, é fundamental.

2.2.4. Dessa forma, a COTIC identificou melhorias que podem ser implantadas ou incrementadas na infraestrutura de TIC do ITI, objetivando a elevação da qualidade dos serviços suportados e fornecidos aos servidores do órgão e à sociedade.

2.2.5. O ITI realizou a contratação de licenças de suíte de escritório (Processo 00100.004999/2019-56), a fim de racionalização de recursos e a consequente descontinuidade de ferramentas que não atendam ao padrão esperado.

- 2.2.6. A partir da utilização desta solução, foi identificada a oportunidade de melhoria em diversos aspectos estruturais da COTIC, em especial na disponibilização dos serviços básicos de rede relacionados ao provimento de meios de autenticação e mensageria.
- 2.2.7. Ocorre que, a empresa contratada manifestou em Ofício (SEI 0505804) desinteresse em renovar o contrato, o que resultou na necessidade de nova instrução processual para a contratação de tais licenças, visando também o aperfeiçoamento identificado pela COTIC em prover maior integração com o ambiente de autenticação em nuvem da Microsoft.
- 2.2.8. A manifestação do fornecedor foi alterada e, ainda em 2021, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 13/2020 (SEI 0524288). Esse fato dilatou o planejamento da presente contratação, que resultou também na alteração do escopo para a contratação.
- 2.2.9. Em 2021, houve a implantação do Active Directory na rede do ITI a partir de licenças já adquiridas pela autarquia, com o objetivo de ter um serviço de diretório com disponibilidade de recursos de interação a usuários ou estações de trabalho, bem como benefícios de segurança com a criação de florestas, domínios, árvores, Unidades Organizacionais (OUs) e grupos de trabalho, proporcionando aos administradores da rede uma melhoria na implementação, administração, design e planejamento gráfico e, aos gerentes de TIC, uma diminuição total de custos (TCO) ao desativar uma das estruturas de árvore de diretórios e simplificar a estrutura da entidade.
- 2.2.10. A COTIC utilizava, até essa implementação, duas estruturas de autenticação para sustentar o ambiente de rede, devido a diretivas pretéritas do Instituto para adoção plena de *softwares* livres na infraestrutura. Essa premissa resultou na falta de suporte nas ferramentas que mantêm a infraestrutura em funcionamento, e geraram diversas customizações que inviabilizam a manutenção adequada dos serviços providos, além da falta de opções de evolução dos serviços da COTIC para atendimento de demandas dos usuários baseadas em facilidades disponibilizadas por soluções de mercado.
- 2.2.11. Ao migrar para o Active Directory, foi possível padronizar a estrutura de autenticação da rede, viabilizando a evolução da infraestrutura para possibilidades condizentes com as soluções hoje existentes, como o uso de múltiplo fator de autenticação (MFA), autenticação unificada (single sign-on), troca de senhas por demanda do usuário (self-service) e outros.
- 2.2.12. A integração do Active Directory local do ITI (*on premise*) com o ambiente de colaboração do Office 365 possibilitou importar no ambiente em nuvem os usuários da rede, porém são necessárias outras funcionalidades para potencializar a utilização dos recursos tanto no ambiente remoto quanto no local do ITI.
- 2.2.13. Para isso, foi identificado que há um produto complementar capaz de viabilizar a adoção dos ecossistemas de autenticação, controle, armazenamento de dados e mensagens eletrônicas (e-mails). Assim, as licenças da suíte Office 365 utilizadas hoje na autarquia serão otimizadas, diminuindo também a carga operacional de sustentação do ambiente de emails corporativos local.
- 2.2.14. Tais ações demandam também a ampliação do objeto em relação a contas de serviços, como a viabilidade de migração das contas de serviços para o ambiente de mensageria *Exchange Online* e a eventual utilização da ferramenta de orquestração *Intune* para administração centralizada de conformidade dos ativos de tecnologia do ITI, a depender da demanda.
- 2.2.15. Com isso, a COTIC diminuirá a quantidade de ativos administrados e melhorará a qualidade do serviço prestado ao seu público.
- 2.2.16. Logo, esta demanda está alinhada com as seguintes diretrizes estratégicas:

Objetivos Estratégicos - Planejamento Estratégico 2020-2022	Ações do PDTIC 2020-2022	Metas associadas no PDTIC 2020-2022	Plano anual de contratação (PAC - 2022)	Iniciativas na Estratégia de Governo Digital - EGD 2020-2022
DI-4 - Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos	ACTI-38 - Contratação de assinaturas da suíte de escritório Microsoft Office 365	NEI-04 - Aprimorar serviços e governança de TIC  NEI-07 - Otimizar a gestão dos recursos de TIC do ITI	27502 - Contratação de assinaturas da suíte de escritório Microsoft	Iniciativa 16.4: Otimizar a infraestrutura de, pelo menos, 30 <i>datacenters</i> do governo até 2022.  Iniciativa 16.5: Migração de serviços de, pelo

padrões nacionais e internacionais	ACTI-47 - Aquisição de Licenças para serviços de domínio Microsoft.	NEI-11 - Fornecer ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas para as necessidades de negócio do ITI		menos, 30 órgãos para a nuvem, até 2022.
DI-6 - Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais				
AL-3 - Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais				
OE-3 - Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital				

### 2.3. Identificação das necessidades tecnológicas

#### Requisitos de Arquitetura Tecnológica

2.3.1. A disponibilização das licenças de uso dos softwares deve ser provida por meio de recursos de licenciamento por volume ou plataforma similar que possibilite o controle e rastreabilidade dos licenciamentos solicitados e fornecidos.

#### ITEM 1 - MICROSOFT ENTERPRISE MOBILITY + SECURITY E3

2.3.2. Serviço de gerenciamento de identidade e acesso baseado em nuvem com serviços de segurança;

2.3.3. Acesso externo ao Microsoft 365, portal Azure e aplicativos SaaS;

2.3.4. Controlar acesso a aplicativos e recursos com base nas necessidades do ITI;

2.3.5. Possibilidade de autenticação multifator aos sistemas do ITI;

2.3.6. Habilitar o *Microsoft Advanced Threat Analytics*;

2.3.7. Conter direitos de CAL do Windows Server;

2.3.8. Habilitar o *Microsoft Intune* para usuários;

2.3.9. Automatizar provisionamento dos usuários entre o Windows Server AD e aplicativos em Nuvem como o Microsoft 365;

2.3.10. Fornecer ferramentas avançadas para proteger automaticamente as credenciais e identidades dos usuários, atendendo assim requisitos de controle de acesso;

- 2.3.11. Possibilitar a utilização de SSO (Logon Único) em aplicativos do ITI, permitindo que funcione com credenciais pré-existent;
- 2.3.12. Fornecer APIs para criar experiências de aplicativos personalizadas usando os dados organizacionais existentes;
- 2.3.13. Suporte à administração avançada, como grupos dinâmicos, gerenciamento de grupo de autoatendimento, Microsoft Identity Manager (um conjunto de gerenciamento de acesso e identidade local) e recursos de write-back de nuvem, que permitem a redefinição de senha por autoatendimento para os usuários locais.
- 2.3.14. Gerenciar a redefinição de senha por autoatendimento do Azure Active Directory, a Autenticação Multifator, a lista personalizada de senhas banidas e o bloqueio inteligente;
- 2.3.15. Gerenciar usuários convidados e parceiros externos enquanto mantém o controle sobre seus próprios dados corporativos;
- 2.3.16. Personalizar o controle de como os usuários se inscrevem, entram e gerenciam seus perfis ao usar os aplicativos;
- 2.3.17. Possibilidade de adicionar máquinas virtuais do Azure a um domínio sem usar controladores de domínio;
- 2.3.18. Gerenciar a identidade da organização por meio de controles de acesso de funcionário, parceiro de negócios, fornecedor, serviço e aplicativo;
- 2.3.19. Detectar possíveis vulnerabilidades que afetam as identidades da organização, configurar políticas para responder a ações suspeitas e tomar as devidas providências para resolvê-las.

## **ITEM 2 - MICROSOFT OFFICE 365 (E3)**

- 2.3.20. Esta licença será disponibilizada para os usuários do ITI, a fim de trabalhar local ou remotamente com as aplicações do Office e Outlook, abrangendo, no mínimo:
  - 2.3.20.1. Ferramenta para criação e edição de documentos de texto;
  - 2.3.20.2. Ferramenta para criação e edição de planilhas eletrônicas;
  - 2.3.20.3. Ferramenta para criação e edição de apresentações;
  - 2.3.20.4. Ferramenta para envio e recebimento de e-mails e gestão de calendário;
  - 2.3.20.5. Serviço corporativo de e-mail (servidor) com capacidade inicial mínima por caixa de mensagens de 50 GB;
  - 2.3.20.6. Ferramenta de comunicação via chat;
  - 2.3.20.7. Serviço de armazenamento e compartilhamento de arquivos na nuvem, com capacidade inicial mínima por usuário de 1 TB;
  - 2.3.20.8. Ferramenta de rede social corporativa;
  - 2.3.20.9. Ferramenta colaborativa de trabalho em grupo, capaz de agregar funções de chat, videoconferência e de compartilhamento de imagens, vídeos, apresentações e aplicativos;
  - 2.3.20.10. Ferramenta de publicação e gestão de conhecimento institucional que possa ser integrada ao portal de Intranet;
  - 2.3.20.11. Capacidade de utilização das diferentes aplicações componentes da solução dentro ou fora do ambiente de trabalho, sendo garantida a segurança das comunicações por meio da utilização de criptografia de enlace (TLS);
  - 2.3.20.12. Funcionamento integrado de todas as funcionalidades da suíte;
  - 2.3.20.13. Possibilidade de utilização do domínio institucional “iti.gov.br” para a configuração dos serviços de rede (ex.: serviço de e-mail) componentes da suíte;
  - 2.3.20.14. Painel para a administração das funcionalidades da suíte, tais como a disponibilização de contas e licenças para instalação e a adoção de políticas de controle de acesso aos ativos de informação em todas as ferramentas.

### **ITEM 3 - MICROSOFT OFFICE 365 (E5)**

- 2.3.21. Esta licença será disponibilizada para os usuários do ITI, a fim de trabalhar local ou remotamente com as aplicações do Office e Outlook, abrangendo, no mínimo:
- 2.3.21.1. Ferramenta para criação e edição de documentos de texto;
  - 2.3.21.2. Ferramenta para criação e edição de planilhas eletrônicas;
  - 2.3.21.3. Ferramenta para criação e edição de apresentações;
  - 2.3.21.4. Ferramenta para envio e recebimento de e-mails e gestão de calendário;
  - 2.3.21.5. Serviço corporativo de e-mail (servidor) com capacidade inicial mínima por caixa de mensagens de 50 GB;
  - 2.3.21.6. Ferramenta de comunicação via chat;
  - 2.3.21.7. Serviço de armazenamento e compartilhamento de arquivos na nuvem, com capacidade inicial mínima por usuário de 1 TB;
  - 2.3.21.8. Ferramenta de rede social corporativa;
  - 2.3.21.9. Ferramenta colaborativa de trabalho em grupo, capaz de agregar funções de chat, videoconferência e de compartilhamento de imagens, vídeos, apresentações e aplicativos;
  - 2.3.21.10. Ferramenta de publicação e gestão de conhecimento institucional que possa ser integrada ao portal de Intranet;
  - 2.3.21.11. Capacidade de utilização das diferentes aplicações componentes da solução dentro ou fora do ambiente de trabalho, sendo garantida a segurança das comunicações por meio da utilização de criptografia de enlace (TLS);
  - 2.3.21.12. Funcionamento integrado de todas as funcionalidades da suíte;
  - 2.3.21.13. Possibilidade de utilização do domínio institucional “iti.gov.br” para a configuração dos serviços de rede (ex.: serviço de e-mail) componentes da suíte;
  - 2.3.21.14. Painel para a administração das funcionalidades da suíte, tais como a disponibilização de contas e licenças para instalação e a adoção de políticas de controle de acesso aos ativos de informação em todas as ferramentas.
- 2.3.22. A licença deve ter também, no mínimo, as funcionalidades abaixo:
- 2.3.22.1. Funcionalidades de analytics, como MyAnalytics e PowerBI Pro;
  - 2.3.22.2. Recursos de segurança avançados;
  - 2.3.22.3. Mecanismos de Data Governance avançada e de Costumer Lockbox;
  - 2.3.22.4. Segurança de aplicativos em nuvem para o Office.

### **ITEM 4 - MICROSOFT INTUNE (POR DISPOSITIVO)**

- 2.3.23. Viabilizar centralizado controle de dispositivos;
- 2.3.24. Realizar políticas de conformidade para os dispositivos gerenciados;
- 2.3.25. Gerenciar chaves do bitlocker; e
- 2.3.26. Provisionar o acesso condicional de dispositivos.

### **ITEM 5 - MICROSOFT EXCHANGE ONLINE PLANO 1 (POR DISPOSITIVO)**

- 2.3.27. Viabilizar o uso de contas corporativas no ambiente de emails Exchange Online;
- 2.3.28. Disponibilizar caixa de correio de, no mínimo, 50 GB por conta;
- 2.3.29. Possibilitar o envio de mensagens de até 150MB;

- 2.3.30. Comparar calendários;
- 2.3.31. Ter proteção para a conta de correio;

## 2.4. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

### Requisitos Legais

- 2.4.1. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001 - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e dá outras providências.
- 2.4.2. Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020: Regulamenta sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos, com o objetivo de proteger as informações pessoais e sensíveis dos cidadãos, com base nos incisos X e XII do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), bem como de atribuir eficiência e segurança aos serviços públicos prestados sobretudo em ambiente eletrônico.
- 2.4.3. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 2.4.4. Decreto nº 8.985, de 8 de Fevereiro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo, Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.
- 2.4.5. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal;
- 2.4.6. Instrução Normativa MP/SLTI Nº1/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70267659/do1-2019-04-05-instrucao-normativa-n-1-de-4-de-abril-de-2019-70267535](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70267659/do1-2019-04-05-instrucao-normativa-n-1-de-4-de-abril-de-2019-70267535).
- 2.4.7. Decreto nº 8.638/2016 - Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.4.8. Planejamento Estratégico 2019-2022 - Planejamento Estratégico do ITI. Disponível em <https://www.it.gov.br/images/repositorio/institucional/planejamentoestrategico/pe2019-2022.pdf>.
- 2.4.9. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações 2019-2020 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do ITI. Disponível em [https://www.it.gov.br/images/repositorio/institucional/pdti/Plano\\_0313488\\_ITI\\_PDTIC\\_2019\\_2020\\_Minuta.pdf](https://www.it.gov.br/images/repositorio/institucional/pdti/Plano_0313488_ITI_PDTIC_2019_2020_Minuta.pdf).
- 2.4.10. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 2.4.11. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a modalidade de licitação denominada pregão, para contratação de bens e serviços comuns;
- 2.4.12. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.4.13. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- 2.4.14. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 2.4.15. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010: Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela APF;
- 2.4.16. Instrução Normativa GSI nº 5, de 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.

- 2.4.17. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012: Estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações.
- 2.4.18. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de agosto de 2020.
- 2.4.19. Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020.
- 2.4.20. Instrução Normativa SEGES/ME Nº 31, de 23 de março de 2021.

#### **Recursos Materiais**

- 2.4.20.1. O ITI dispõe dos recursos estruturais para a implantação dos objetos desse Estudo Técnico.
- 2.4.20.2. Os requisitos de instalação e implantação dos softwares fazem parte da contratação, conforme detalhado ao longo do Termo de Referência.
- 2.4.20.3. Não há necessidade de recursos materiais adicionais para se assegurar a continuidade do negócio.

#### **Recursos Humanos**

- 2.4.21. Como apoio na implantação e na configuração dos softwares, o ITI dispõe de contrato com empresa terceirizada, a qual fornece serviços relativos à operação da infraestrutura de TIC do Instituto.
- 2.4.22. A CONTRATADA deverá designar um responsável para contato direto com o ITI, sem custo adicional para a contratante. Além de ser o ponto focal da comunicação da CONTRATANTE, ele deverá assumir as responsabilidades da CONTRATADA perante o ITI.
- 2.4.23. Deverá também indicar um substituto para o preposto que, na ausência deste, deverá assumir integralmente todas as responsabilidades perante à CONTRATANTE.

#### **Requisitos de Garantia e Continuidade Contratual**

- 2.4.24. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.
- 2.4.25. A CONTRATADA deverá possibilitar a abertura ilimitada de chamados de suporte.
- 2.4.26. As subscrições deverão ter garantia e suporte junto ao fabricante durante toda a vigência das mesmas.
- 2.4.27. Em até um mês antes do encerramento do contrato ou sua eventual prorrogação, a CONTRATADA deverá providenciar a adaptação do ambiente às futuras tecnologias disponíveis no ITI.
- 2.4.28. A CONTRATADA deverá apoiar o ITI na migração reversa dos dados (da plataforma em computação em nuvem para os softwares substitutos utilizados no ITI em caso de descontinuidade contratual).

#### **Requisitos de Segurança**

- 2.4.29. A CONTRATADA deverá respeitar as políticas de segurança estabelecidas pelo ITI durante a realização de atividades no ambiente do mesmo.
- 2.4.30. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto por tempo indeterminado sobre quaisquer dados, informações, sistemas, *softwares*, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e demais informações da contratante de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, revelar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei.
- 2.4.31. A CONTRATADA e o provedor deverão obedecer a legislação brasileira e aos direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e registros de operações.
- 2.4.32. A plataforma deverá oferecer, no mínimo:
  - 2.4.32.1. Acesso ao centro de conformidade de segurança, um console na Web para gerenciar funções relacionadas à segurança e conformidade, como prevenção a perda de dados, descoberta eletrônica e retenção;
  - 2.4.32.2. Permitir o gerenciamento de ameaças, como filtragem de mensagens e antimalware;
  - 2.4.32.3. Permitir o gerenciamento de dispositivos móveis, para criar e gerenciar políticas de segurança de dispositivos, limpar remotamente um dispositivo (no âmbito da aplicação Office 365) e exibir relatórios de

dispositivos no tocante ao uso da aplicação;

2.4.32.4. Permitir gerenciar o ciclo de vida do conteúdo gerado, por meio de configuração de mecanismos de importação de massa, de arquivamento, e do uso de políticas de retenção de conteúdo, além de mecanismos de monitoramento dos dados, gerenciamento de caixas de correio inativas e gerenciamento de registros.

## 2.5. Requisitos Temporais

2.5.1. As licenças do *software* contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

2.5.2. A CONTRATADA deverá possibilitar a solicitação de novas licenças com o pagamento proporcional ao período do exercício financeiro da CONTRATADA, desde que dentro dos volumes contratados utilizados no mês.

2.5.3. O pagamento será mensal, com o total consumido pela CONTRATANTE para os serviços prestados pela CONTRATADA. Esse modelo é amplamente utilizado na Administração Pública, inclusive sendo o praticado no contrato atual do ITI, tendo preços anuais e pagos mensalmente mediante a demanda da entidade.

## Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

2.5.3.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da CONTRATANTE, e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual e demais colaboradores da CONTRATANTE.

2.5.3.2. Os profissionais deverão utilizar crachá de identificação ou documento de igual equivalência.

2.5.3.3. A CONTRATADA deverá seguir os preceitos legais a respeito das boas práticas de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços ou na prestação de serviços, devendo respeitar as normas adstritas aos seus respectivos ciclos de vida e/ou ao manejo e descarte adequados em conformidade à legislação aplicável aos objetos da contratação, se for o caso.

2.5.3.4. A CONTRATADA deverá seguir, se for o caso, em especial, àquelas dispostas no Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, bem como também as dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

## 2.5.4. Requisitos de Projeto e de Implementação

2.5.4.1. A CONTRATADA elaborará plano de migração das licenças do ITI no Office 365 para o novo contrato, e de migração do ambiente de mensageria corporativa e sincronização de instâncias do *Active Directory*, contendo, pelo menos:

1. Cronograma de atividades;
2. Lista de verificação de migração;
3. Detalhamento das atividades a serem realizadas, contendo comandos, manuais de operação, guias do fabricante ou quaisquer documentações necessárias para a correta execução; e
4. Plano de rollback.

## 2.5.5. Requisitos de Implantação

2.5.5.1. A CONTRATADA deverá realizar a migração e implantação das licenças e dos dados já hospedados na *tenant* do órgão no ambiente office.com, bem como a migração dos dados no ecossistema de servidores de email locais para o do Exchange Online e Azure AD, onde a CONTRATADA irá disponibilizar especialista técnico devidamente certificado para a realização do serviço.

2.5.5.2. Ao final da implantação a CONTRATADA entregará documento contendo todos os dados referentes ao serviço realizado, bem como procedimentos e ferramentas utilizadas.

2.5.5.3. A CONTRATADA oferecerá suporte quanto aos procedimentos de acesso e ativação do licenciamento dos produtos.



2.5.6. **Requisitos de Experiência Profissional**

2.5.6.1. A contratada deverá prover pessoal qualificado em quantidade suficiente para a realização dos serviços.

2.5.7. **Requisitos de Formação da Equipe**

2.5.7.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

2.5.8. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

2.5.8.1. O fornecimento das licenças será feito por meio digital, conforme quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço (OS).

2.5.8.2. A migração do ambiente de email e eventuais ajustes para correta sincronização das instâncias local e na nuvem do *Active Directory* serão definidos em tempo de projeto, de acordo com os *Requisitos de Projeto e de Implementação*.

**2 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS**

ID	Serviços	CATSER	Medida	Estimativa Mensal
1	Microsoft Enterprise Mobility + Security E3	26077	Unidade	250
2	Microsoft Office 365 E3	26077	Unidade	220
3	Microsoft Office 365 E5	26077	Unidade	30
4	Microsoft Intune (por dispositivo)	26077	Unidade	200
5	Microsoft Exchange Online P1 (por dispositivo)	26077	Unidade	50

2.6. A medida utilizada para os serviços acima é mensurada na unidade Usuário, e o pagamento será no modelo mensal.

2.7. Os fornecedores tomam como prática cotar valores anuais. Por isso, serão apresentados os valores anuais e mensais para os preços praticados.

**3. ANÁLISE DE SOLUÇÕES**

3.1. Descrição da Solução

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Descontinuidade do contrato n.º 13/2020
2	Recontratar a licenças atuais
3	Contratar novas licenças de software mediante Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC

3.2. **Identificação das Soluções**

3.2.1. **Solução 1: Descontinuidade do contrato n.º 13/2020**

3.2.1.1. Ao aguardar o fim do contrato n.º 13/2020 (SEI 0464335), o ITI ficará incapaz de utilizar diversos serviços hoje corriqueiros nas operações da autarquia, como o uso dos produtos Office tradicionais (Word, Excel e Powerpoint) para execução das atividades rotineiras, Microsoft Teams para realização de videochamadas entre equipes internas do Instituto, Microsoft Planner para organização de tarefas, Microsoft Stream para armazenamento de vídeos de capacitação interna a partir de sessões gravadas de treinamentos, e PowerBI para geração de *dashboards* e relatórios gerenciais.

3.2.1.2. O ITI teria grande perda em sua capacidade operacional, uma vez que a solução já é utilizada hoje pelos servidores e colaboradores, o que necessitaria de uma adoção forçada e emergencial de uma ferramenta de contorno, como as baseadas em *software* livre.

3.2.2. **Solução 2: Recontratar a licenças atuais**

3.2.2.1. A solução seria viável caso houvesse interesse da contratada atual. Entretanto, a empresa não tem todos os itens necessários para a demanda do ITI em seu atual contrato prestado. Não é possível sincronizar as senhas entre os ambientes do Office 365 e *Active Directory* local, utilização de contas de serviço e outra tantas funcionalidades descritas nos requisitos tecnológicos deste Estudo Técnico Preliminar.

3.2.2.2. Portanto, a estratégia de recontração das licenças atuais tornou-se inviável para o cenário atual do ITI.

3.2.3. **Solução 3: Contratar novas licenças de software mediante Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC**

3.2.3.1. A solução é a mais adequada, uma vez que manterá as funcionalidades utilizadas no ITI e possibilitará a integração do ecossistema de servidores de emails e autenticação do ITI no ambiente office.com, com a vantajosidade para a Administração em contratar com preços máximos acordados com o fabricante.

3.2.3.2. O Ministério da Economia - ME - publicou seu Terceiro Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº8/2020 (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/terceiro-ta-microsoft-2021.pdf>) para o Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-microsoft-atualizado-3-termo-aditivo.pdf>).

3.2.3.3. O Catálogo do ME condiciona que:

1.2. O órgão ou entidade, a partir de sua necessidade, deve realizar os estudos técnicos preliminares, analisando soluções alternativas e demais orientações previstas nas leis e normas que regem as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação.

1.3. Este Catálogo é de aplicação vinculativa aos órgãos e entidades integrantes do SISP que estejam realizando processo de contratação que se encontre na fase de planejamento da contratação, renovação ou prorrogação de licenciamento de produtos ou serviços Microsoft que constem neste Anexo.

1.4. Este Catálogo se aplica aos modelos de licenciamento Microsoft EA (Enterprise Agreement), EAS (Enterprise Agreement Subscription) e SCE (Server and Cloud Enrollment) todos para Governo.

1.5. Para utilização do Catálogo, o órgão do SISP deve consultar a SGD/ME, por meio da central de atendimento disponível no endereço <https://portaldeservicos.economia.gov.br/> (opção C3S), com vistas a garantir os benefícios decorrentes de sua utilização.

1.6. Para fins deste Acordo, a Microsoft não irá aplicar, em qualquer hipótese, sua regra de quantitativo mínimo de 250 (duzentos e cinquenta) Usuários ou "Devices" (Equipamentos) para Produtos Enterprise. Os contratos e suas eventuais prorrogações, nos termos e limites da legislação aplicável, no modelo EA e EAS deverão ser executados sem qualquer restrição de quantitativo mínimo de usuários ou "Devices" (Equipamentos), bem como a abertura de registro (vinculado aos contratos EA e EAS) para Produtos Adicionais. Destacando-se que tais regras se aplicam para contratos gerados individualmente ou a partir de atas de registro de preços para órgãos partícipes e não partícipes.

(Grifos nossos)

3.2.3.4. As cláusulas acima viabilizam a contratação dos serviços utilizando o Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC, mesmo com os quantitativos a serem contratados inicialmente. O ITI pretende contratar mediante registro de preços, dado que não há precisão quanto aos quantitativos de cada item.

3.2.3.5. Além da incerteza em relação ao quantitativo dos itens a serem contratados, a consulta a outros órgãos para realizar contratação conjunta por meio de intenção de registro de preços, resultará em ganho de escala e diminuição de custos administrativos. Essa prática resultará em vantajosidade devido ao envolvimento processual no relacionamento de outros órgãos na contratação de bens comuns.

3.2.3.6. Desta forma, entende-se como opção viável e adequada para Administração a subscrição de novas licenças com base no Decreto n.º 7.892/2013, consoante ao art. 2º, incisos I e III. O Registro de Preços será adotado na forma do inciso IV do Art. 3º do Decreto, em face do que se abordou nos itens anteriores, ou seja, não se é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.2.3.7. A relação dos itens identificados para o objeto da contratação e os itens do Catálogo constam abaixo:

Item	Nome	Nome de Referência	Identificador Microsoft	PMC-TIC <sup>1</sup> (R\$)	Quantidade	PMC-TIC <sup>2</sup> (anual)
1	Microsoft Enterprise Mobility + Security E3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10732	41,08	250	123.240,00
2	Microsoft Office 365 E3	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10842	93,84	220	247.737,60
3	Microsoft Office 365 E5	O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SY9-00004	164,31	30	59.151,60
4	Microsoft Intune (por dispositvo)	Intune Device Shared All Lng Subs VL MVL Per Device	NLZ-00002	7,99	200	19.176,00

5	Microsoft Exchange Online P1 (por dispositivo)	ExchgOnlnPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	TRA-00047	15,97	50	9.582,00
---	---	--	-----------	-------	----	----------

<sup>1</sup>O Preço Máximo de Compra de Item de TIC, normatizado pela Instrução Normativa nº202 SGD/ME, é o valor máximo que o órgão pode contratar para um item contido nos Catálogos de Soluções Padronizadas de TIC. O valor aqui é mensal.

<sup>2</sup> O valor obtido é o da quantidade de itens estimada multiplicado por 12 meses, referente ao valor mensal descrito no Catálogo de Soluções Padronizadas.

3.2.3.8. Com isso, foi identificado há que todos os itens demandados pelo ITI no catálogo. Foi aberta a Solicitação C3S 8256207 (SEI 0539834) para atendimento do item 1.5 do Terceiro Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020, em que a Secretaria de Governo Digital informa aos órgãos a necessidade de comunicação à SGD via sistema para garantir os benefícios decorrentes da utilização do catálogo de soluções padronizadas de TIC. A solicitação foi atendida por email (SEI 0541002) com entendimento favorável da SGD sobre a utilização do PMC-TIC pelo ITI.

3.2.3.9. **É pertinente que a contratação seja realizada por um só fornecedor, colocando os itens em um grupo único, dado que as licenças compõem a liberação de funcionalidades de uma mesma plataforma. Esta medida diminuirá a possibilidade de erros operacionais durante a gestão do contrato e uso durante o período de subscrição dos serviços.**

#### 4. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

4.1. **Após análise das necessidades institucionais e a busca de uma solução que supra as necessidades de TIC levantadas, constatou-se que a contratação de novas licenças de Office 365 com funcionalidades de autenticação é a mais viável, a partir do PMC-TIC.**

4.2. Conforme exposto neste Estudo Técnico, as opções podem se resumir em: não contratar nova solução, recontratar a atual, contratar nova com funcionalidades sob medida da demanda do ITI, via PMC-TIC.

4.3. Considerando os princípios da continuidade do serviço público, eficiência e economicidade, a melhor alternativa é a de contratar novos serviços, de acordo com a demanda necessária para o ITI.

4.4. Logo, o ITI poderá também minimizar o consumo de recursos computacionais e operacionais na sustentação de servidores de compartilhamento de arquivos e emails em seu parque computacional, diminuir os tempos de indisponibilidade dos serviços correlatos e prover melhoria nesses serviços para seus usuários internos.

4.5. Por fim, segue abaixo a análise de conformidade a padrões governamentais exigida pela Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019:

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica	Justificativa
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X			Todas as soluções são encontradas em outros órgãos e entidades da Administração Pública
	Solução 2	X			
	Solução 3	X			
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X	Não se aplica, pois não se tratam de soluções de software.
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X	
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica	Justificativa
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X	
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X	Todas são capazes de receber chaves criptográficas no padrão ICP-Brasil, bem como outros modelos de padrões criptográficos. Entretanto, nenhuma das soluções precisa necessariamente estar aderente às regulamentações da ICP-Brasil para seu pleno funcionamento
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X	Não se aplica, pois não se tratam de soluções de software que lidam com documentos arquivísticos.
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
Haverá mais de uma solução no mesmo contrato?	Solução 1		X		A contratação consiste em uma única solução.
	Solução 2		X		
	Solução 3		X		
Envolve licenciamento de software e serviços agregados?	Solução 1	X			O licenciamento do software é dimensionado de acordo com as contas de usuário da rede.
	Solução 2	X			
	Solução 3	X			
Envolve solução de autenticação para serviços públicos digitais?	Solução 1			X	Não se aplica, pois não se trata de serviços voltados diretamente ao público.
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
Envolve serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software?	Solução 1			X	Trata-se de subscrição de software de infraestrutura e de produtividade.
	Solução 2			X	
	Solução 3			X	
Envolve infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala cofre ou sala segura?	Solução 1	X			Trata-se de serviço de produtividade, mensageria e autenticação de serviços de infraestrutura.
	Solução 2	X			
	Solução 3	X			

## 5. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

5.1. A não contratação de licenças de suíte de escritórios traria ônus demasiado para o ITI, uma vez que haverá resistência por parte dos usuários, custos de eventual treinamento para uso de outras ferramentas, e eventual

perda de dados hospedados hoje no ambiente do office.com, devido à falta de backup dos usuários em repentina descontinuidade contratual pelo desinteresse da atual contratada em manter o contrato.

5.2. Por sua vez, contratar novas licenças somente de Office 365 atenderia parcialmente a demanda do ITI, mas não atenderia quanto às integrações hoje necessárias entre os ambientes *on premise* e *cloud* utilizados pelo ITI.

6. **ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)**

6.1. **Cálculo dos custos totais de propriedade**

6.1.1. Visto que a solução 3 é considerada viável, segue a memória de cálculo:

Solução Viável 3 - Contratar novas licenças de software mediante Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC
Descrição
<p>A solução consiste em contratar licenças dos produtos Microsoft EMS E3, Office 365 E3, Office 365 E5, Intunes e Exchange Online P1 para o ITI.</p> <p>Para a contratação anterior, instruída no processo 00100.004999/2019-56, foram contadas à época 150 licenças. Foram demandadas por ordem de serviços como a do documento SEI 0481187, contendo 138 licenças. Pelo relatório de gestão 2021 do ITI, haviam 150 pessoas entre servidores, estagiários e colaboradores relacionados ao apoio administrativo consolidados em 31 de dezembro de 2021 (disponível em: <a href="https://www.gov.br/iti/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/RelatriodeGesto2021.pdf">https://www.gov.br/iti/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/RelatriodeGesto2021.pdf</a>). Entretanto, atualmente há aproximadamente 180 usuários no ITI, dados os serviços de limpeza, recepção, serviços monitorados, apoio operacional, sustentação de infraestrutura, central de serviços (suporte técnico) e fábrica de software. Esses serviços são contratados por disponibilidade, mas resultam na alocação de pessoas na autarquia. Recursos computacionais, como estações de trabalho e licenças de software acabam sendo consumidas para suprir a alocação de tais colaboradores. Por isso, o número de 180 usuários considerado no item 2.1.3, extrapola o contabilizado no relatório de gestão, mas é um quantitativo válido para o dimensionamento de recursos computacionais.</p> <p>Considerando esses números, houve um crescimento de aproximadamente 25% do quantitativo de pessoas entre os períodos de 2020 e 2022. Logo, ao considerar 36 meses iniciais para a eventual contratação e o ritmo de crescimento da força de trabalho composta de servidores, colaboradores e estagiários, o possível quantitativo de usuários para 2025 será de 223 pessoas. Ao considerar as eventuais 2 renovações de 12 meses, haveria um aumento proporcional de aproximadamente 8,334% ao ano, 16,667% para o biênio. Multiplicando o valor estimado de 2025 com a taxa de crescimento para 2027 de 16,667%, é possível estimar que o ITI terá 260 usuários. Considerando uma margem de erro de 5%, é possível chegar ao quantitativo de 247 licenças. Dado que os fabricantes usualmente vendem pacotes com dezenas fechadas, foi arredondado para 250 licenças para usuários.</p> <p>A quantidade de licenças do tipo E5 utilizadas atualmente no ITI é de 5. Dado que as licenças do tipo E1 serão descontinuadas no parque e substituídas por licenças do tipo E3 por questões de administração do licenciamento, distribuição e padronização das funcionalidades para os usuários, e que a tendência é de aumento da demanda de funcionalidades avançadas de criação de <i>dashboards</i> gerenciais pelos usuários que hoje utilizam tipicamente licenças E3, foram consideradas 30 licenças do tipo E5. Portanto, seriam 220 licenças para completar as 250 estimadas.</p> <p>Para os servidores, há a possibilidade de uso cada vez mais difundido de licenças Windows Server. Caso ocorra esse cenário, será preciso utilizar ferramentas adicionais para gerenciamento do ambiente. Com isso, foram estimadas as (até) 150 máquinas virtuais existentes, com um acréscimo de 25% no parque para o período do contrato. Não será considerado o aumento na ordem dos usuários, pois há também um percentual de máquinas virtuais que utilizam sistemas operacionais diferentes daquele da Microsoft.</p> <p>Para as caixas corporativas, foi contabilizado o quantitativo de licenças de caixas corporativas registradas no diretório de autenticação à época do levantamento inicial para a confecção do presente Estudo Técnico.</p>
Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo
<p>A contratação vigorará por 36 (trinta e seis) meses a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por períodos de 12 (doze) meses até o máximo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme preconizado no art. 57 inc. IV, da Lei n. 8.666/93.</p> <p>Os itens poderão ser habilitados por demanda até o limite do contrato, com pagamento anual proporcional ao uso no ano.</p>

6.2. **Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade (TCO)**

Descrição da	Item	Serviço	Total	Total
--------------	------	---------	-------	-------

solução			Estimativa de TCO ao longo dos anos <sup>3</sup>				Estimado por Ano	Estimado em 4 anos
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4		
Solução Viável 3 - Contratar novas licenças de software mediante Catálogo de Soluções Padronizadas de TIC	1	Microsoft Enterprise Mobility + Security E3	R\$ 123.240,00	R\$ 123.240,00	R\$ 123.240,00	R\$ 123.240,00	R\$ 123.240,00	R\$ 492.960,00
	2	Microsoft Office 365 E3	R\$ 247.737,60	R\$ 247.737,60	R\$ 247.737,60	R\$ 247.737,60	R\$ 247.737,60	R\$ 990.950,40
	3	Microsoft Office 365 E5	R\$ 59.151,60	R\$ 59.151,60	R\$ 59.151,60	R\$ 59.151,60	R\$ 59.151,60	R\$ 236.606,40
	4	Microsoft Intune (por dispositivo)	R\$ 19.176,00	R\$ 19.176,00	R\$ 19.176,00	R\$ 19.176,00	R\$ 19.176,00	R\$ 76.704,00
	5	Microsoft Exchange Online P1 (por dispositivo)	R\$ 9.582,00	R\$ 9.582,00	R\$ 9.582,00	R\$ 9.582,00	R\$ 9.582,00	R\$ 38.328,00
Total Estimado por Ano:							R\$ 487.633,20	R\$ 1.835.548,80

<sup>3</sup> O valor descrito considera já o crescimento total estimado para as volumetrias por prudência, dado que não foram encontrados dados para estimar o comportamento do crescimento no ambiente. Realizar a estimativa mediante um crescimento linear poderia resultar em subestimativa dos quantitativos de licenças, resultando em previsão insuficiente para as despesas ao longo do tempo.

7.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

7.1.

CENÁRIO: Contratar novas licenças de Office 365 com funcionalidades de autenticação

Descrição:

Contratação de licenças Microsoft Enterprise Mobility + Security E3, Office 365 E3, Office 365 E5, Intune (por dispositivo) e Exchange Online P1 (por dispositivo) de acordo com quantitativos e especificações definidos neste Estudo Técnico.

7.1.1.

Relação entre a demanda e a quantidade a ser adquirida

7.1.2. Durante o estudo realizado, foram observados os seguintes aspectos e necessidades para o ambiente tecnológico existente no ITI (produção):

- Há flutuação no quantitativo de usuários (servidores e colaboradores) do ITI;
- Há necessidade de hospedagem e compartilhamento de dados (*file sharing*) e o ITI consome recursos desnecessários de infraestrutura para manter uma plataforma compatível com a demanda;
- Disponibilizar o ambiente de emails na nuvem viabilizará o ITI a integrar agendas, integrar recursos de autenticação, inclusive de múltiplo fator, e aumento significativo do tamanho das caixas de correio;
- Serviços atualizados, com maior disponibilidade, alto desempenho e maior durabilidade; (daqui para baixo seriam necessidades)
- Garantir a conectividade da rede do ITI;
- Manter os serviços digitais providos pela Autarquia;
- Criar um ambiente para continuidade de negócios;
- Infraestrutura mais moderna e aparelhada;
- Diminuir a quantidade de ativos de rede sem suporte e garantia administrados pela COTIC; e

- Modernizar os métodos de autenticação de rede para equipamentos pessoais.

## 8. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo total da contratação foi estimado em **R\$ 1.835.548,80 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)**, sendo esse custo estimado em R\$ 487.633,20 (quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e trinta e três reais e vinte centavos) por ano.

## 9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os resultados esperados da presente contratação são:

9.1.1. Utilização de tecnologias adequadas pelo ITI;

9.1.2. Maior disponibilidade de serviços digitais disponibilizados pelo ITI ao público interno e externo;

9.1.3. Redução do impacto nos processos de negócios do ITI, dentro dos Níveis de Serviços e prioridades determinados;

9.1.4. Garantia de disponibilidade dos recursos computacionais;

9.1.5. Maior disponibilidade dos serviços de dados;

9.1.6. Simplificar os mecanismos de gestão de credenciais;

9.1.7. Implementar o uso de múltiplos fatores de autenticação;

9.1.8. Melhorar a troca de senhas de rede;

9.1.9. Viabilizar a implantação de ambiente integrado de emails com a plataforma Office 365 utilizada pelo ITI;

9.1.10. Diminuir os recursos administrados pela COTIC para autenticação;

9.1.11. Diminuir os recursos computacionais para sustentar o ecossistema de e-mails;

9.1.12. Manter os serviços digitais providos pela Autarquia;

9.1.13. Manter os ambientes de redes de dados e armazenamento;

9.1.14. Criar um ambiente para continuidade de negócios;

9.1.15. Atendimento aos princípios e diretrizes do PDTIC;

9.1.16. Atendimento ao Planejamento Estratégico; e

9.1.17. Modernizar os métodos de autenticação de rede para equipamentos pessoais.

9.2. A presente contratação visa aumentar a efetividade dos serviços sustentados pelo ITI, bem como estruturar os projetos de inovação presentes em atribuições recentes, cumprindo requisitos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade para o cumprimento das políticas públicas sob a égide desse Instituto.

9.3. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 1/2019 – Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

9.4. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente **VIÁVEL**.

## 10. ASSINATURAS

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 49, de 23 de junho de 2022 (SEI 0559459).

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

**Integrante Requisitante**  
**ROBERTO WAGNER DE CARVALHO ARAÚJO**  
*Analista de Tecnologia da Informação*  
*Matrícula/SIAPE: 1686826*

**Integrante Técnico**  
**GIORDANNO AZEVEDO COSTA MARTINS**  
*Analista de Tecnologia da Informação*  
*Matrícula/SIAPE: 1820024*

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

**Autoridade Máxima da Área de TIC (ou autoridade superior, se aplicável)**

**FELIPE BIMBATO RODRIGUES**  
*Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações*  
*Matrícula/SIAPE: 1820968*



Documento assinado eletronicamente por **Giordanno Azevedo Costa Martins, Integrante Técnico**, em 15/08/2022, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).  
Nº de Série do Certificado: 48033346914305620050757767996



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Bimbato Rodrigues, Coordenador**, em 15/08/2022, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Wagner de Carvalho Araújo, Integrante Requisitante**, em 15/08/2022, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.iti.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.iti.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0568075** e o código CRC **7E732930**.